



**ESCOLA DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS - ESMAM
PÓS-GRADUAÇÃO EM TÉCNICAS E FUNDAMENTOS DA
CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS**

ALEXANDER CAVALCANTE XAVIER

**ESTRUTURAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL: UM ESTUDO ACERCA DAS
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.**

**MANAUS-AM
2022**

ALEXANDER CAVALCANTE XAVIER

**ESTRUTURAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL: UM ESTUDO ACERCA DAS
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS.**

Portfólio acadêmico apresentado à ESMAM como trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais, orientado pela Prof^ª. Me. Regina Marieta Teixeira Chagas.

**MANAUS-AM
2022**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	04
2. OBJETIVO GERAL.....	06
3. DESENVOLVIMENTO	07
3.1 MÓDULO 01 - TEORIA GERAL DO DIREITO E LÓGICA GERAL APLICADA.....	07
3.1.1 LÓGICA APLICADA ÀS DECISÕES JUDICIAIS.....	07
3.1.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	07
3.1.3 AUTOAVALIAÇÃO.....	07
3.2 MÓDULO 02 – DECISÃO JUDICIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	08
3.2.1 A PERSPECTIVA DA DECISÃO JUDICIAL NA ATUALIDADE.....	08
3.2.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	08
3.2.3 AUTOAVALIAÇÃO.....	08
3.3 MÓDULO 06 - ESTABILIDADE E VÍCIOS DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	09
3.3.1 SEGURANÇA JURÍDICA NAS DECISÕES JUDICIAIS.....	09
3.3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO.....	09
3.3.3 AUTOAVALIAÇÃO.....	09
3.4 MÓDULO 13 - A SEMÂNTICA DA DECISÃO JUDICIAL.....	10
3.4.1 OS LIMITES DA SIGNIFICAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	10
3.4.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	10
3.4.3 AUTOAVALIAÇÃO.....	10
3.5 MÓDULO 14 -TEMAS AVANÇADOS DA CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS..	11
3.5.1 A FORMA DE PENSAR PERANTE OS CASOS COMPLEXOS.....	11
3.5.2 OBJETIVO ESPECIFICO.....	11
3.5.3 AUTOAVALIAÇÃO.....	11
4. CONCLUSÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO.....	12
5. AUTOAVALIAÇÃO.....	13

1. INTRODUÇÃO

Como operadores do direito, alguns aspectos atinentes à lapidação das técnicas de confecção de decisões judiciais são objeto de preocupação.

Com o advento do neoconstitucionalismo e o desenvolvimento no ordenamento jurídico mundial a partir de meados do Século XX, surgiu a necessidade de releitura dos ramos do direito, impactando a análise dos contextos jurídicos, bem como o objeto condutor de prestação jurisdicional.

O presente portfólio é um apanhado de vivência de aprendizados, enquanto aluno do curso de pós-graduação em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais, trazendo conhecimento objetivo, impressões e reflexões acerca de disciplinas e momentos que impactaram e agregaram ao meu arcabouço técnico-jurídico.

A Pós-graduação em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais, até a apresentação deste portfólio, apresentou oito módulos, quais sejam:

01. **Teoria Geral do Direito e lógica geral aplicada** - Prof. Dr. Rodrigo Reis Ribeiro Bastos
02. **A decisão judicial na contemporaneidade** - Prof. Me. Flávio Henrique Albuquerque de Freitas
03. **Técnicas das decisões judiciais cíveis** - Profa. Me. Naira Norte
04. **Análise estrutural e argumentativa-pragmática da decisão judicial** - Profa. Me. Diego Martinez Ferverza Cantoário
05. **Temas avançados da construção das decisões judiciais I** - Prof. Me. Vanderlei Garcia Júnior
06. **Estabilidade e vícios das decisões judiciais** - Prof. Dr. Rennan Faria Kruger Thamay
07. **Decisões proferidas nos Tribunais Superiores** - Prof. Dr. Rennan Faria Kruger Thamay
08. **Metodologia do Estudo e da Pesquisa** - Profa. Regina Marieta Teixeira Chagas
09. **Decisões Proferidas em ações coletivas** – Professor Mestre Ricardo Menezes da Silva
10. **Técnicas das decisões judiciais criminais** - Prof. Dr. Marllon Souza

11. **Decisões nos Tribunais** - Prof. Me. Vanderlei Garcia Júnior
12. **Prática das decisões judiciais cíveis e criminais** - Profa. Me. Naira Norte;
13. **A semântica da decisão judicial** - Prof. Me. Fábio Amorim;
14. **Temas avançados da construção das decisões judiciais II** - Prof. Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga;

Serão escolhidos para abordagem deste portfólio os seguintes módulos:

- **Teoria Geral do Direito e lógica geral aplicada** - Prof. Dr. Rodrigo Reis Ribeiro Bastos;
- **A decisão judicial na contemporaneidade** - Prof. Me. Flávio Henrique Albuquerque de Freitas;
- **Estabilidade e vícios das decisões judiciais** - Prof. Dr. Rennan Faria Kruger Thamay;
- **A semântica da decisão judicial** - Prof. Me. Fábio Amorim;
- **Temas avançados da construção das decisões judiciais II** - Prof. Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga.

A Pós-graduação em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais apresenta a possibilidades de aprimoramento acadêmico aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, contribuindo sobremaneira com a melhoria na prestação da atividade jurisdicional.

2. OBJETIVO GERAL

A abrangência do tema decisões judiciais é substancial, abarcando conhecimentos adquiridos na Pós-graduação e na atividade cotidiana.

A razão de proceder à confecção do presente portfólio veio da necessidade de concentrar os conhecimentos que mais impactaram a trajetória na Pós-graduação em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais, para que possa ser revisitado, como papel de trabalho, bem como subsidiar apresentação aos colegas discentes, com intuito de intercâmbio de conhecimentos e impressões.

Desta forma, temos como **Objetivo Geral** descrever os momentos/atividades/estudos significativos do seu processo formativo no decorrer do curso de “Especialização em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Jurídicas”.

Além disso, a metodologia nos auxilia quanto ao caminho a ser trilhado, na busca do conhecimento. O portfólio, como instrumento balizador da aferição do aprendizado, permitirá que o aluno da pós-graduação consiga constatar o efeito real do conhecimento adquirido, bem como das reflexões apresentadas.

Desse modo, o processo de avaliação e aprendizado será contínuo, permitindo um maior cuidado com os estudos acadêmicos, gerando, por si só, reforço na atuação profissional do discente.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Módulo 01 - Teoria Geral do Direito e lógica geral aplicada

3.1.1 Lógica aplicada às Decisões Judiciais

Trata-se de módulo ministrado pelo Prof. Dr. Rodrigo Reis Ribeiro Bastos, no período de 26/04/2021 a 30/04/2021.

O módulo abordou sobre a lógica aplicada às decisões, como fundamento de legitimidade. Ademais, abordou-se sobre o raciocínio jurídico, como o processo mental que se deve seguir, utilizando princípios do direito para melhor interpretar e argumentar.

3.1.2 Objetivo Especifico

O **objetivo específico** estipulado era conhecer, de forma genérica, a Teoria do Direito, bem como a lógica aplicada na confecção das decisões judiciais.

3.1.3 Autoavaliação

O que mais impactou em meus estudos, neste módulo, foram as reflexões acerca da necessária linguagem acessível aos destinatários das decisões judiciais, bem como a reflexão referente aos destinatários da prova, que segundo doutrina moderna, é o processo, não mais o juiz.

A Teoria do Direito sofreu diversos influxos decorrentes das alterações legislativas nos últimos anos. A grande produção jurisprudencial ocorrida, bem como novos institutos nos aproximaram sobremaneira do sistema da *common law*. Desta forma, o módulo cumpriu os objetivos específicos que era apresentar um novo panorama vigente.

3.2 Módulo 02 – Decisão Judicial na Contemporaneidade

3.2.1 A perspectiva da decisão judicial na atualidade

Trata-se de módulo ministrado pelo Prof. Me. Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, no período de 10/05/2022 a 14/05/2021.

No presente módulo foram delineados aspectos e temas importantes da decisão judicial atualmente, como ativismo judicial, decisionismo, controle das políticas públicas, dentre outros, sempre apresentando os entendimentos majoritário e divergente.

3.2.2 Objetivo Especifico

O **objetivo específico** estipulado era estabelecer uma visão da decisão judicial na atualidade, bem como o papel atualmente do Poder Judiciário, com os seus limites inerentes.

Desta forma, o módulo cumpriu os objetivos específicos que era apresentar a visão de decisão judicial na atualidade com os seus limites e controvérsias inerentes.

3.2.3 Autoavaliação

O que mais impactou em meus estudos foram as reflexões acerca do ativismo judicial na contemporaneidade, porquanto se trata de um tema de grande controvérsia. Estabelecer os limites do Poder Judiciário, compreendendo tratar-se de uma função de Estado com responsabilidade contra majoritária.

O controle judicial de políticas públicas, bem como o ativismo judicial em contraposição à separação dos poderes, são temas que demandam análise mais aprofundada, à medida que o Poder Judiciário carece de legitimidade democrática, segundo a doutrina dominante.

3.3 Módulo 06 - Estabilidade e vícios das decisões judiciais.

3.3.1 Segurança jurídica nas decisões judiciais

Trata-se de módulo ministrado pelo Prof. Dr. Rennan Faria Kruger Thamay, no período de 02/08/2021 a 06/08/2021.

No presente módulo, foi abordado sobre a integridade e estabilidade das decisões judiciais, bem como os vícios possíveis, como vícios de formação, vícios de conteúdo, vícios de forma e vícios de limites.

3.3.2 Objetivo específico

O **objetivo específico** estipulado era analisar a estabilidade e integridade dos precedentes das Cortes Superiores, bem como analisar criticamente o cenário contemporâneo.

3.3.3 Autoavaliação

No Brasil sempre tivemos o problema da falta de uniformidade nas decisões judiciais, o que gerou por anos insegurança jurídica aos operadores do direito e à sociedade em geral. Não de forma excepcional, era flagrante a dificuldade de encontrar o entendimento de um determinado tribunal sobre um tema específico. A quantidade de decisões divergentes

Desta forma, os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente, visando a segurança jurídica. Além disso, impactou também as análises de decisões de 2^o grau e jurisprudências.

O que mais impactou em meus estudos foi a reflexão sobre a uniformidade da jurisprudência e importância de mantê-la íntegra e justa, conforme dispõe o art. 926 do Código de Processo Civil.

3.4 Módulo 13 - A semântica da decisão judicial

3.4.1 Os limites da significação das decisões judiciais

Trata-se de módulo ministrado pelo Prof. Me. Fábio Amorim, de forma presencial, na sede da Escola Superior da Magistratura do Amazonas - ESMAM.

O assunto “semântica na decisão judicial”, abordado pelo ministrante, tratou sobre a linguagem utilizada nas decisões judiciais, bem como a significação das palavras e expressões, visando a segurança jurídica.

Na mesma senda, abordou-se sobre a evolução do paradigma do constitucionalismo contemporâneo e sobre o ativismo judicial e seus limites.

O ativismo judicial, assunto que ganha a tônica dos debates relacionados à segurança jurídica no Brasil, costuma ser retratado como uma postura proativa do Poder Judiciário nas opções políticas do demais poderes.

Faz-se necessária a investigação sobre a possibilidade de justificar uma tomada de decisão judicial, considerando ser essa um ato de vontade. Tal análise encontra eco em assuntos como decisionismo, ativismo e arbítrio.

3.4.2 Objetivo específico

O módulo em tela teve como objetivo específico traçar considerações acerca da discricionariedade judicial, adentrando no estudo da teoria da decisão judicial.

3.4.3 Autoavaliação

Efetuada uma autoavaliação de aprendizado, entendo que foi de grande valia o estudo, por demonstrar a relevância da hermenêutica para alcançar segurança jurídica nas decisões judiciais. Há necessidade que o interprete neutralize os seus prévios juízos, para que possa compreender e cotejar o texto normativo e os fatos

3.5 Módulo 14 - Temas avançados da construção das decisões judiciais II

3.5.1 A forma de pensar perante os casos complexos

Trata-se de módulo ministrado pelo Prof. Dr. Mauro Augusto Ponce de Leão Braga, no período de 14/03/2022 a 18/03/2022.

Foram analisados diversos temas, como o fornecimento de medicamentos para uso domiciliar, Locação e hospedagem por curta temporada (airbnb) e Adoção à brasileira.

Alguns temas retratados foram de grande importância para a jurisprudência pátria, figurando como verdadeiros hard cases, nos quais o julgador, deve enfrentar em decorrência do princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional. Ademais, os hard cases levam em conta diversas complexidades que, postos em cotejamento, fundamentarão a decisão a ser tomada.

3.5.2 Objetivo específico

O objetivo específico estipulado foi analisar temas avançados de construções judiciais.

3.5.3 Autoavaliação

Efetuada autoavaliação de aprendizagem, considero o módulo demasiadamente satisfatório, posto que proporcionou reflexões acerca do postulado da proporcionalidade, sob diversos prismas.

Foram objeto de reflexão e debate vários temas atuais, como direito ao esquecimento, células tronco embrionárias, passaporte de vacinas, regulação de mídias sociais, dentre outros, o que auxiliou na produção de conhecimento por parte do grupo.

4. CONCLUSÃO E AVALIAÇÃO DO CURSO

Durante as aulas foram propostas muitas leituras e reflexões, que agregaram muito conhecimento em relação aos assuntos propostos, auxiliando em nossa atividade laboral cotidiana, identificando e corrigindo erros.

A pós-graduação acrescenta e muito na nossa formação, como operadores do direito, contribuindo de maneira significativa para a melhora da prestação jurisdicional, pois permite percebermos a junção mais clara entre teoria e prática.

Compreendendo que o curso é ofertado pela Escola Superior da Magistratura, tendo como público alvo servidores e magistrados, sugiro que os módulos relacionados à prática ou técnica de decisões apresentem metodologia de oficinas, visando a sistematização dos caminhos a serem percorridos na análise processual e confecção das decisões judiciais.

A sistematização da análise ajuda no dia a dia dos operadores do direito, favorecendo a efetiva prestação jurisdicional.

5. AUTOAVALIAÇÃO

O curso de pós-graduação lato sensu em Técnicas e Fundamentos da Construção das Decisões Judiciais agregou muito conhecimento, considerando ter proporcionado diversas reflexões acerca da construção das decisões judiciais, bem como reflexões acerca de temas e princípios aplicáveis a análise dos casos apresentados ao Poder Judiciário.

Lapidar a prestação jurisdicional, para além de atender os preceitos fundamentais constitucionais, alcança o próprio fundamento do Estado Democrático de Direito, à medida que o cidadão obtém a interpretação das normas que regulam a vida em sociedade.